

Sábado, 21 de Março de 2026

Operação Lei Seca flagra irregularidades e termina com sete presos em Várzea Grande

SEGURANÇA NO TRÂNSITO

Alecy Alves | Sesp-MT

Sete motoristas foram presos durante a Operação Lei Seca realizada na madrugada deste sábado (21.3), na Avenida Couto Magalhães, área central de Várzea Grande.

Desses sete, cinco foram presos por embriaguez ao volante, sendo que dois deles associaram o consumo de álcool à falta de habilitação para dirigir (CNH). As outras duas prisões ocorreram por adulteração do sinal identificador do chassi do veículo (suspeita de falsificação) e por mandado de prisão em aberto.

A operação teve início às 23h45 e se estendeu até as 3h, com 142 veículos abordados e fiscalizados e 144 testes de alcoolemia realizados. No total, 76 multas foram aplicadas e 42 veículos removidos, sendo 33 carros e 9 motocicletas.

A falta de documentação de porte obrigatório, como registro e licenciamento junto ao órgão de trânsito, dirigir após o consumo de álcool e a falta da CNH foram as principais motivações das multas.

A Operação Lei Seca é realizada pela Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp), sob a coordenação do Gabinete de Gestão Integrada (GGI), em conjunto com o Batalhão de Trânsito da Polícia Militar (BPMTran), a Delegacia Especializada em Delitos de Trânsito (Deletran), o Departamento Estadual de Trânsito (Detran), o Corpo de Bombeiros (CBM), a Polícia Penal e o Sistema Socioeducativo. A Guarda Municipal de Várzea Grande e a Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana (Semob) de Cuiabá integram as equipes da Sesp quando as ações ocorrem em seus municípios.



Implicações

Além da autuação criminal, com exigência do pagamento de fiança para responder pelo crime em liberdade, a multa inicial para quem dirige embriagado é de R\$ 2.934,70 e pode ultrapassar R\$ 5.800 em caso de reincidência.

O motorista também tem a CNH suspensa e perde o direito de dirigir por um período de até 12 meses. Essas penalidades estão previstas no Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e em resoluções aprovadas pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran).